



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 114/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de número de policiais militares afastados por causa da Covid-19, por batalhão da corporação, separadamente, mês a mês, entre março de 2020 e janeiro de 2021. Adequado atendimento da demanda. Sigilo legal. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 114/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para acesso às informações sobre número de policiais militares afastados por causa da Covid-19, por batalhão da corporação, separadamente, mês a mês, entre março de 2020 e janeiro de 2021.
2. Em resposta e recurso, o ente forneceu parte dos dados e explicou que o formato solicitado poderia identificar os agentes e ferir o código de ética médica. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instado a esclarecer se realmente a divisão por Batalhões poderia identificar os agentes de segurança, o órgão explicou a impossibilidade de atender neste formato, observando o disposto no artigo 73 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018).
4. No caso em análise, verifica-se que o ente disponibilizou corretamente a informação, justificando a impossibilidade de fornecer os demais documentos por estarem abarcados pela hipótese legal de sigilo, conforme previsto no artigo 29 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção, em conformidade com o disposto no artigo 25 da referida Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI).
6. Considerando que o ente atendeu adequadamente o pedido de informações formulado pelo interessado, **conheço do recurso e nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º,

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



- II e § 4º c/c artigo 22 da mesma Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado